



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 195/01

CONSELHO PLENO

SESSÃO DE: 04.12.2000

PROCESSO Nº 1/3741/96

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/204894

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

RECORRIDO: FAMOL FARIAS MÓVEIS LTDA.

CONSELHEIR: ELIAS LEITE FERNANDES

EMENTA:

OMISSÃO DE VENDAS. ARGUIÇÃO IMPROCEDENTE. Infração detectada através de exame da Conta Mercadorias, quando do levantamento da situação fiscal do contribuinte para efeito de BAIXA CADASTRAL. Auto de Infração julgado IMPROCEDENTE, também não há na CONTA MERCADORIAS diferença que indique omissão de compras. Autuado revel. Recurso de ofício.

RELATÓRIO:

CONSTA da peça inaugural que a empresa retro citada deixou de emitir notas fiscais de saída de mercadorias, omitindo assim vendas no valor de R\$7.607,85(Seze mil seiscientos e sete reais e oitenta e cinco centavos), infração levantada através da Conta Mercadorias, quando do levantamento para efeito de Baixa cadastral.

Com efeito o agente fiscal elaborou uma Conta Mercadorias (doc. De fls.07), cujo resultado apontou uma diferença na coluna "DÉBITO", no valor de R\$7.607,85, considerada como omissão de vendas pelo fiscal autuante. Além disso, o autuante incluiu no débito a pagar, o lucro bruto, que elevou consideravelmente a importância a recolher.

Em sua bem lançada decisão de fls., a douta julgadora da instância singular, após detida e segura análise da situação de fato, emitiu seu jurídico julgamento, decidindo-se pela improcedência da autuação, recorrendo de ofício.

Nesta Segunda instância, a douta Consultoria Tributária, em lastreado pronunciamento, opinou pela confirmação do julgamento da instância monocrática, no que recebeu integral referendum da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o relatório.



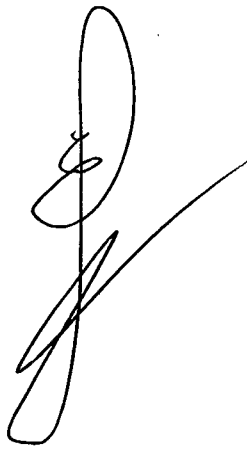
VOTO:

NA VERDADE, a correta decisão da instância singular não merece reparo. Em sua análise proficiente, a douta julgadora da instância monocrática, deteve-se na análise dos fatos que determinaram a ação fiscal, e trazendo a lume a legislação tributária, regente de situações que tal, excluindo contexto de elementos que não se enquadravam no insuspeito julgamento da espécie, e, com o mais elevado acerto, decidiu-se pela IMPROCEDÊNCIA da ação fiscal, recorrendo de ofício.

Nesta Segunda instância, a douta Consultoria Tributária, sem mais detença, através de bem fundamentada precisão, manifestou-se pela confirmação do julgamento da instância singular, que deu pela IMPROCEDÊNCIA da ação fiscal, opinando por negar provimento ao recurso de ofício, quando recebeu integral REFERENDUM da douta Procuradoria Geral do Estado.

De nossa parte, acostamo-nos inteiramente à decisão da instância singular, consoante entendimento da douta Consultoria Tributária, adotado integralmente pela Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

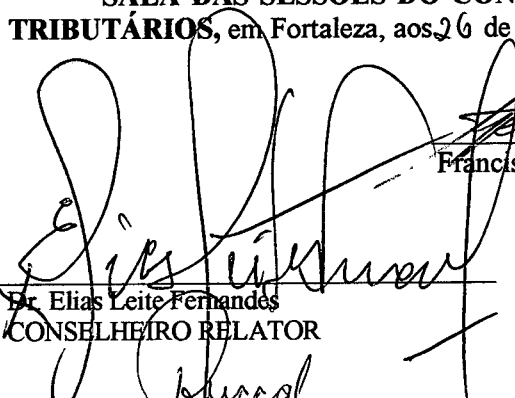


DECISÃO:

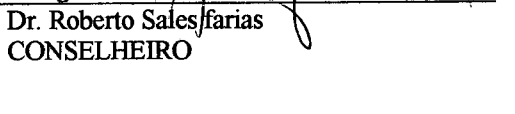
Vistos, discutidos e examinados os presentes autos em que é recorrente
CÉLULA DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
e recorrido FAMOL FARIAS. MÓVEIS LTDA.

Resolvem os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por votação coincidente, conhecer recurso oficial, negar-lhe provimento, para o fim de confirmar o julgamento da instância monocrática, que deu pela IMPROCEDÊNCIA da ação fiscal, consoante seus jurídicos fundamentos, que recebeu inteira aprovação da douta Procuradoria Geral do Estado.

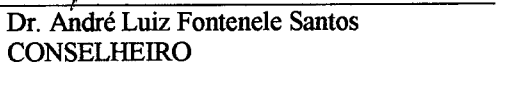
**SALA DAS SESSÕES DO CONSELHO PLENO DO CONSELHO DE RECURSOS
TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 26 de 04 de 2.001.


Francisco Paixão Bezerra Cordeiro
PRESIDENTE


Dr. Elias Leite Fernandes
CONSELHEIRO RELATOR

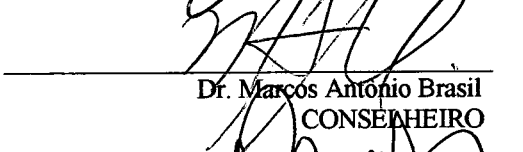

Dr. Roberto Sales Farias
CONSELHEIRO

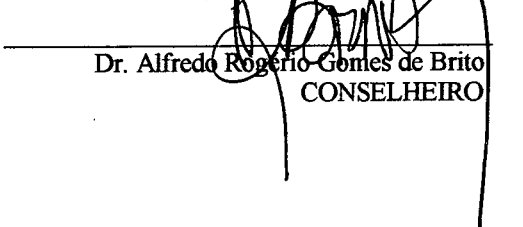
Dr. Marcos Silva Montenegro
CONSELHEIRO


Dr. André Luiz Fontenele Santos
CONSELHEIRO


Verônica Gondim Bernardo
CONSELHEIRA


Raimundo Ageu Moraes
CONSELHEIRO


Dr. Marcos Antônio Brasil
CONSELHEIRO


Dr. Alfredo Rogério Gomes de Brito
CONSELHEIRO

PRESENTES:


Dr. Mateus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO

CONSULTOR TRIBUTÁRIO